

PATRIMÔNIO

Descoberta de degraus de pedra no Largo de Santo Antônio, em Mariana, entusiasma equipe de arqueólogos, que acredita estar perto de localizar o primeiro bairro da cidade e do Estado

Acesso ao passado de Minas

GUSTAVO WERNECK
De Mariana

Alguns degraus de pedra podem conduzir a descobertas surpreendentes sobre o passado de Minas. Uma equipe de arqueólogos encontrou em Mariana, a 115 quilômetros de Belo Horizonte, indícios do primeiro núcleo populacional da cidade, informou, ontem, a coordenadora da unidade executora de projetos do Programa Monumenta/Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a engenheira civil Fátima Guido. As escavações, bancadas pelo programa que há um ano atua no município, começam em março e a expectativa é de que durem seis meses. "Mariana é a primeira vila e cidade de Minas, então esse seria o primeiro bairro daqui e do Estado", afirmou Fátima, que se disse entusiasmada com o trabalho que a equipe tem pela frente.

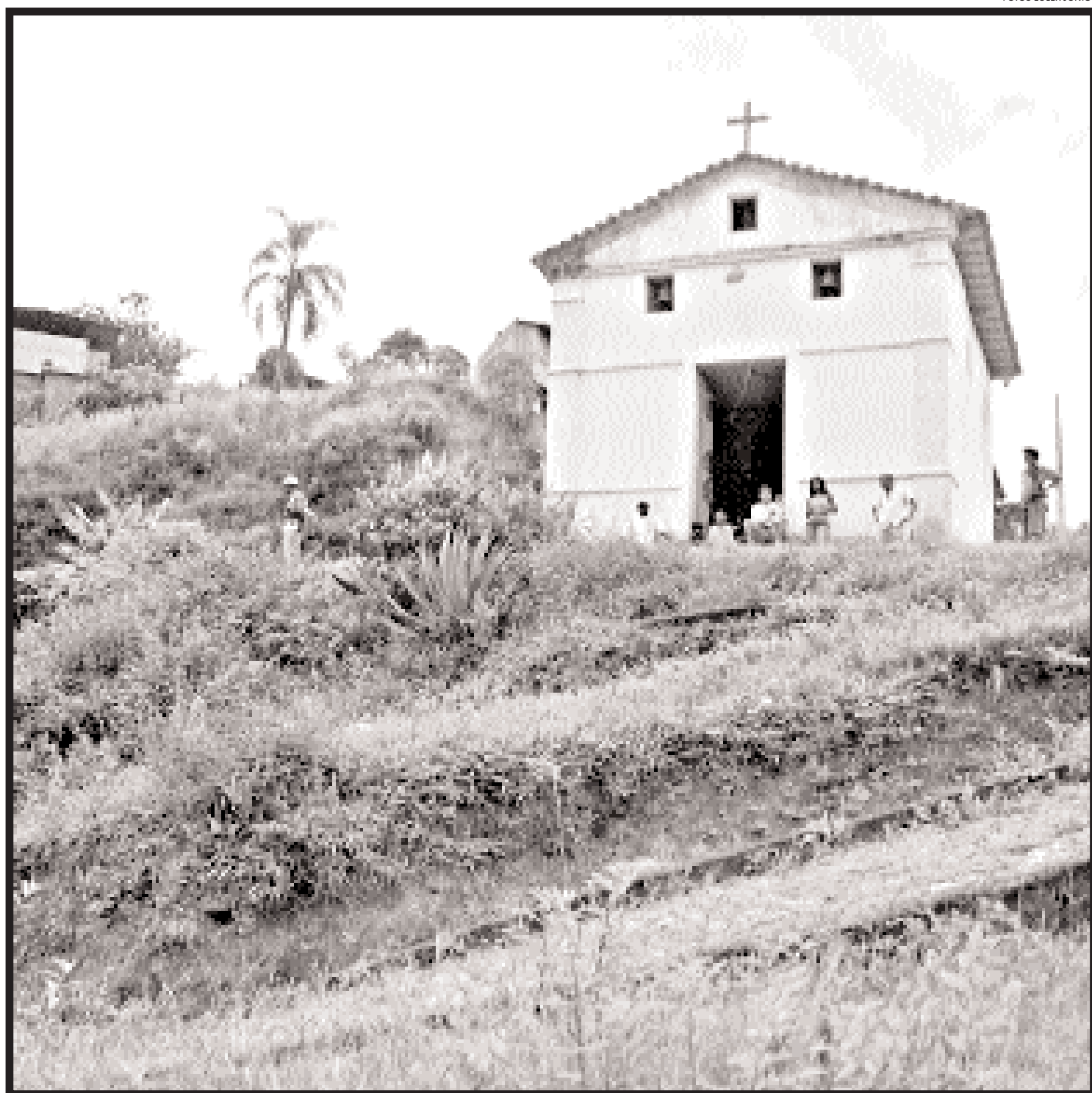
Os vestígios do provável "berço mineiro" ficam no entorno da capela de Santo Antônio, no bairro conhecido como Prainha, às margens do ribeirão do Carmo, periferia de Mariana. Fátima explicou que ainda é impossível calcular as dimensões e características do sítio arqueológico ou mesmo o que ele contém. "Só mesmo os serviços, feitos pela arqueóloga Alenice Baeta e sua equipe, vão mostrar o patrimônio encoberto", comentou. Até agora, a única parte visível são as pedras de cantaria que despontam em meio ao capim e arbustos. Ainda não há demarcações ou tapumes no local.

Mesmo com as prospeções começando no mês que vem, os técnicos do Monumenta/BID se

mobilizam para inteirar a comunidade sobre a importância de uma escavação. Hoje e amanhã acontecem várias reuniões na cidade, sendo a primeira (14h) com os profissionais da Secretaria Municipal de Obras, a segunda com a comunidade escolar, secretarias de Educação e Desenvolvimento Social (17h) e a última (19h30), na Casa da Cultura, com moradores do Centro Histórico.

Amanhã, haverá um encontro exclusivo com os habitantes da Prainha. "É fundamental, numa cidade como Mariana, que os técnicos tenham o máximo cuidado ao furar o solo para passar tubulações, pois pode haver preciosidades. Vamos falar sobre esse aspecto e dar outras informações", disse Fátima. No caso da comunidade estudantil e dos moradores, os encarregados da obra vão mostrar o valor histórico da ação e falar sobre as mudanças no bairro. "Além de tudo, vamos ressaltar que não há ouro nesse lugar, apenas indícios de um povoamento primitivo", afirmou.

Na manhã de ontem, a arquiteta do Monumenta/BID, Maria Rachel Alves Ferreira, mostrou as pedras recentemente encontradas. Perto dali, existe hoje uma rampa de pedras. "O acesso à igreja, originalmente, era feito pela antiga rua Direita, atual Rosário Velho", comentou. A descoberta das pedras só foi possível graças à intenção do Programa Monumenta de revitalizar o espaço urbano do Largo de Santo Antônio. "Quando vimos a escada, contratamos os serviços da arqueóloga e os estudos foram aprovados pelo Ministério da Cultura", informou Fátima.



FOTOS EULER JÚNIOR

Vestígios do provável "berço mineiro" ficam no entorno da capela de Santo Antônio e técnicos do Monumenta/BID já trabalham com a comunidade

“ Sei de muitos casos envolvendo o Largo de Santo Antônio. Uma vez, o meu pai encontrou uma espada no adro, mas sei que ela não dava muita sorte ”

■ Maria de Lourdes Pinto, zeladora



Largo desperta sonhos

Mariana foi elevada à condição de vila em 8 de abril de 1711, e estudos mostram que a capela de Santo Antônio, primeira do município e de Minas, teria sido construída no final do século XVII. O templo de linhas simples pintado de branco foi sede da Ordem Terceira do Carmo e ficava "no alto do Mata-cavalos, na estrada que seguia do Arraial Velho para Vila Rica", conforme relatos históricos. No ano passado, a capela foi alvo de furto. Uma

pessoa furou a parede lateral para levar o cofre de contribuições dos fiéis, "apurando" apenas R\$ 20.

Com uma foice na mão para limpar o mato, o zelador da capela, Antônio Bonifácio, ajudou a arquiteta do Programa Monumenta/BID, Maria Rachel, a ver melhor o tamanho das pedras. Ela espera que as obras joguem mais luz sobre a história da cidade e também de Minas. A zeladora Maria de Lourdes Pinto, de 57 anos, 53 dos quais vizinha

da capela, conhece muitos casos envolvendo o Largo de Santo Antônio. "Uma vez, o meu pai encontrou uma espada no adro, doou para uma família de Ouro Preto, mas não sei que rumo tomou. Sei que ela não dava muita sorte", contou. Sobre a grama, ela disse que existe um grande piso de pedra e, "nos fundos, havia um chafariz de pedra-sabão que desapareceu da noite para o dia".

O certo é que muitos moradores estão animados com as

escavações e prováveis descobertas, que podem representar, no futuro, mais turismo e renda para a cidade. "É comum as pessoas encontrarem pequenas peças no chão", revelou o músico Fernando Ribeiro, de 27, que ontem foi ver as pedras, mais uma vez, ao lado da filha Maria Eduarda, de quatro meses, do pai, Dário Roberto e do amigo Gildário Bento Gomes. "Acho que esse trabalho vai mostrar o valor de nossa cidade", afirmou Fernando.

REGISTRO

Proteção para parques

Cerca de 200 mil hectares de terras (parques, florestas, reservas florestais, reservas ecológicas e estações biológicas) não têm regularização fundiária. Apenas 100 mil hectares estão com documentação cartorial em dia. Nesses 300 mil hectares protegidos por lei, o Estado de Minas tem 40 unidades de conservação que guardam riquezas da fauna e flora e alguns espécimes raros.

Para mudar a situação de não se saber o que é de quem, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) repassou ontem ao Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (Iter) equipamentos para o trabalho de regularização das terras de áreas de preservação em Minas.

A cessão dos equipamentos – dois aparelhos de GPS de grande alcance e duas caminhonetes Mitsubishi –, além de R\$ 150 mil

para despesas operacionais, faz parte do acordo assinado entre as duas autarquias em junho de 2004 que estabeleceu mecanismos de cooperação entre elas.

O projeto de regularização das propriedades que estão em terreno de unidades de conservação faz parte de um programa mais audacioso do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que por lei determinou, em 2001, que todos os estados mapeassem seu território. "São cinco estados brasileiros que estão começando o cadastro georeferenciado: Minas, São Paulo, Bahia, Ceará e Pernambuco.

A ideia é construir um mapa fundiário brasileiro e ter na tela do computador todos os imóveis cadastrados, desde particulares, propriedades de posse federal, estadual e municipal, áreas indígenas e, claro, as uni-

dades de conservação. Só desta forma conseguiremos pôr fim à grilagem de terras e acabar com a diferença cartorial existente. É comum um cidadão ter registro de 100 hectares e ocupar 500", explica o diretor-geral do Iter, Luiz Antônio Chaves.

POSSEIROS Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que em Minas Gerais existem 144 mil posseiros, pessoas que não têm sequer um registro da ter-

ra ocupada. São questões fundiárias que se arrastam por mais de 50 anos. Parques estaduais como o Itambé, Rio Preto e Serra do Brigadeiro serão os pilotos do projeto.

De acordo com Silvério Seabra, da comissão de regularização fundiária do IEF, a regularização fundiária que é lenta e muito cara será feita com recursos advindos das compensações ambientais de empreendimentos que causam impactos ambientais. (CA)



EVANDRO RODNEY/IEF

Áreas de preservação como a do rio Preto serão pilotos do projeto

ADVOCACIA EM BRASÍLIA
TST - STF - STJ - TRF e Varas da Justiça do Trabalho
Marcelo Pimentel & Luderitz de Medeiros Advogados e Consultores S/C
Fone: 61 - 225 9812 Ed. Casa de São Paulo - Sl. 407/9 - Brasília/DF
E-mail: mpimenteladv@cabonet.com.br

FURNAS S.A. - Distribuição - Ministério de Minas e Energia

AVISO DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

FURNAS Centrais Elétricas S.A. torna público que recebeu, em 28/01/2005, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), renovação de autorização para a instalação do Estação Telemétrica Usina Santa Izabel, com área de 12m², na APA da Serra da Maricóquia, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais. O prazo de validade da renovação de autorização é de 02 (dois) anos.

Superintendência de Gestão Ambiental